



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Questão agrária, urbana e ambiental.

**TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E MORADIA EM NOVOS ALAGADOS:
SALVADOR/BAHIA**

Daniele Santos¹

Resumo: O presente estudo analisa as trajetórias de trabalho e moradia de antigos pescadores e marisqueiras, moradores de Novos Alagados, em Salvador/Ba, no contexto das transformações recentes do mundo trabalho. Buscamos discutir também as principais características do mercado de trabalho e de moradia na capital baiana e a repercussão desses fenômenos na vida dos trabalhadores. Todas essas questões foram analisadas no contexto da Urbanização de Novos Alagados, que ocorreu já nos anos 2000, através do Programa Ribeira Azul. Nesse sentido, buscamos identificar nesse estudo os impactos dessa urbanização nas atividades laborais que eram desenvolvidas por estes moradores no contexto das palafitas, assim como a relação destes com o entorno modificado.

Palavras-chave: Trabalho; Precarização; Urbanização; Novos Alagados.

Abstract: The present study analyzes the work and dwelling trajectories of former fishermen and shellfish dwellers from Novos Alagados, in Salvador / Bahia, in the context of the recent transformations of the working world. We also sought to discuss the main characteristics of the labor and housing market in the Bahian capital and the repercussion of these phenomena on workers' lives. All of these issues were analyzed in the context of the Urbanization of Novos Alagados, which occurred already in the 2000s, through the Ribeira Azul Program. In this sense, we seek to identify in this study the impacts of this urbanization on the labor activities that were developed by these dwellers in the context of the stilts, as well as the relation of these with the modified environment.

Keywords: Work; Precarization; Urbanization; Novos Alagados.

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre trajetórias de trabalho e moradia de pescadores e marisqueiras de Novos Alagados, em Salvador/Ba, no contexto pós intervenção habitacional do projeto de Urbanização “Ribeira Azul”. Este projeto foi executado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), nos anos 2000. O projeto de urbanização ocorreu através de intervenções físicas/urbanas, alinhadas com projetos sociais, que tinha como objetivo, na área de intervenção social, promover aos moradores formação profissional e acesso ao emprego.

Algumas das implicações dessa intervenção urbana se configuraram na eliminação de todas as palafitas existentes nesta localidade, e o aterro de grande parte do

¹ Estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFB/ PósGeo. E-mail: <daniele_osantos@hotmail.com>.

manguezal que compunha a paisagem dessa localidade, e onde muitos moradores atuavam com atividade de pesca e mariscagem, para uso e comercialização. O projeto de Urbanização de Novos Alagados estava atrelado a um programa de Urbanização brasileiro denominado Habitar Brasil, que aconteceu em outros estados do país (como Florianópolis- SC, na comunidade Chico Mendes), operacionalizado pela Caixa Econômica Federal. A partir desse programa Federal, Novos Alagados foi inserido em um Programa amplo de Urbanização em Salvador, nos anos 2000, denominado “Ribeira Azul”.

O Programa trazia nos seus objetivos a importância de ações para geração de emprego e renda, educação e saúde, atreladas a intervenção de aterro e de infraestrutura das localidades que abrangia. O “objetivo maior” do programa era “a superação da condição de pobreza urbana” em que se encontrava Novos Alagados. (CARVALHO, 2002)

Sendo assim, a questão principal desse estudo refere-se às mudanças provocadas nas atividades de pesca e mariscagem depois da efetivação do programa de Urbanização Ribeira Azul, assim como as mudanças nas condições de moradia nessa localidade, a partir da percepção dos moradores. Para tanto, partimos de alguns questionamentos sobre as atividades que passaram a serem exercidas por estes moradores após a intervenção urbana no local, bem como as relações com as condições de moradia e entorno modificado.

Considerando que esse Programa de Urbanização foi realizado nas últimas décadas, no contexto das transformações recentes do mundo do trabalho, problematizaremos nesse estudo o acesso ao trabalho vivenciado pelos moradores de Novos Alagados, tendo como sujeitos de pesquisa antigos pescadores e marisqueiras, analisando como tais transformações, juntamente com o processo de intervenção urbana ocorrido na localidade impactou nas suas condições de vida.

Novos Alagados e o programa de urbanização “Ribeira Azul”

Novos Alagados é o nome atribuído à “ocupação”² que ocorreu na Enseada do Cabrito em 1977, recebendo esse nome devido “a sua semelhança física e social” com a

² O termo “ocupação” para o processo de povoamento da área vai ser utilizado durante todo o estudo, denotando que, embora não sejam legalizadas no princípio da ocupação dos moradores, do ponto de vista formal e jurídico, elas expressam a fragilidade de efetivação do direito à moradia no país.

ocupação de Alagados, que teve início em 1946, na Baixa do Petróleo e Mangueira, dois aglomerados que hoje compõem o bairro Massaranduba, localizado na “cidade baixa”³ de Salvador/Ba (CARVALHO, E., 2002). Em 1974 uma empresa de economia Mista é criada exclusivamente para gerenciar a execução do Plano de Urbanização dos Alagados, a AMESA- Alagados e Melhoramentos S/A. Uma das primeiras medidas tomadas pela AMESA foi “o congelamento da área abrangida pelo Plano Urbanístico com a finalidade de impedir a construção de novas palafitas”. (CARVALHO, E., 2002, p.131)

Essa iniciativa da AMESA, alinhada ao processo de expansão e modernização de Salvador (vale-se dizer, uma expansão excludente, pois não considerou as necessidades dos que precisavam morar e não tinha acesso à moradia, ou tinham acesso de forma bastante precária), contribuíram para que surgisse do outro lado do manguezal de Alagados, um novo processo de ocupações que, posteriormente, foi denominada de Novos Alagados. (CARVALHO, 2002)

Nos anos 90, especificamente em 1994, o Governo do Estado, junto com a Caixa Econômica Federal, o Banco Mundial, a Fundação AVSI⁴ - Associação Voluntários para o Serviço Internacional - desenvolveram um projeto de intervenção urbana em Novos Alagados, com algumas medidas diferentes do que tinha sido desenvolvido em Alagados. Este foi denominado “Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados”. Pretendia-se com o Projeto, segundo relatório da Aliança de Cidades (2008, p.25), “melhorar a qualidade de vida dos moradores da localidade mencionada, através da realocação para outros bairros de Salvador”. Essa intervenção foi desenvolvida em duas etapas, a primeira efetivamente em 1994 e a segunda etapa em 1998 mas só finalizou nos anos 2000.

Nesse sentido é que, em 1994, a Fundação AVSI, com a colaboração da Sociedade de Bairro 1º de Maio, e outras associações comunitárias, esboçam um plano urbanístico para Novos Alagados. Assim:

Por iniciativa da AVSI, a proposta da comunidade foi incorporada pelo Governo do Estado, transformando-se, então, em um plano abrangente e de

³ O Centro antigo de Salvador (que corresponde à região do Pelourinho) é dividido da seguinte forma: Cidade Baixa e Cidade Alta, interligadas pelo Elevador Lacerda. Segundo Milton Santos (2012, p.101), “tais denominações [...] apareceram quando a cidade tinha os limites que, hoje, coincidem com os dois bairros centrais”.

⁴ Trata-se do Plano de Ação Cities Alliance for Cities Without Slums, lançado em maio de 1999 – sob os auspícios do Presidente da República Sul Africana, Nelson Mandela e, por iniciativa do World Bank e das Nações Unidas (UNCHS), para investimentos ou atividades e programas de mudanças sociais, em áreas degradadas dos países pobres. (CARVALHO, 2002, p. 234)

maior alcance físico e social, passando a ser chamado “Projeto de recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados” que, através da CONDER - Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, é inserido no bojo do Projeto Metropolitano, mantido por Convênio com o BIRD – Banco Mundial. (CARVALHO, 2002, p.229)

Pretendia-se com o “Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados”, segundo relatório da Aliança de Cidades (2008, p.25), “melhorar a qualidade de vida dos moradores da localidade mencionada, através da realocação desses moradores para outros bairros de Salvador”.

A partir desse Projeto elaborado pela AVSI, Novos Alagados foi inserido em um Programa amplo de urbanização, executado pela CONDER na localidade nos anos 2000, denominado “Ribeira Azul”. Este Programa foi criado pelo governo do Estado da Bahia, a partir de recursos federais do Programa Habitar Brasil. O Programa Ribeira Azul, assim como o “Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados” trazia nos seus objetivos a importância de ações para geração de emprego e renda, educação e saúde, atreladas a intervenção de aterro e de infra-estrutura das localidades que abrangia (CARVALHO, 2002).

O Programa Ribeira Azul caminhava na direção de buscar reduzir a pobreza urbana, objetivo este que, no período em questão, havia sido recentemente adotado pela comunidade internacional. O Programa pretendia também “promover a integração do local com o entorno, traduzido em um desenho urbano e área de aterro, que mantivesse as características físicas da ocupação e as características geográficas do local” (CARVALHO, 2002, p.227). Entretanto, mesmo com toda essa construção supostamente coletiva, popular e social, a intervenção urbana em Novos Alagados, executada pela CONDER, através do programa Ribeira Azul, não considerou os anseios dos moradores, como veremos no penúltimo tópico onde serão trazidos relatos de alguns moradores, e tão pouco considerou a relação que estes mantinham com tal localidade, como as atividades laborais desenvolvidas por eles, como a pesca e a mariscagem, que só era possível por conta do manguezal que existia no local antes do aterro e da eliminação das palafitas.

Nessa angulação, é necessário compreender as intervenções ocorridas em Novos Alagados e suas repercussões diretamente articuladas com as atuais mutações no mundo do trabalho -como desemprego e precarização em larga escala-, e a questão da moradia

(acesso precarizado ou ausência desta), uma vez que, tais questões são fenômenos que perpassam as principais metrópoles brasileiras na atualidade. (CARVALHO, I.,2014)

O mercado de trabalho soteropolitano

Com a intensificação da urbanização a cidade passa a ser “o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos” (SANTOS, 1993, p.10). Num movimento contrário às perspectivas dos trabalhadores que buscam a cidade para melhorar a vida e acessar a riqueza socialmente produzida, no capitalismo, as cidades passam a ser também lugar de moradia precária, vulnerabilidade social e desemprego. Segundo Santos (1993, p.9), “[...] a grande cidade, mais do que antes, é um polo da pobreza (a periferia no polo), o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub- humanas”.

Conforme Carvalho e Pereira (2014, p.116), “o trabalho constitui a variável básica para a compreensão das hierarquias e da estrutura social” nas metrópoles. Partindo dessas considerações, diante da atual redução de “postos de trabalho de qualidade” e o empobrecimento dos trabalhadores, na Bahia e no Brasil, é importante compreender tais questões que estão vinculadas às condições do mundo do trabalho e os baixos salários que a classe trabalhadora pobre acessa.

Faz-se necessário aqui sinalizar o que compreendemos por trabalho. Compreende-se por trabalho a transformação da natureza pelo homem, com a finalidade de criar coisas (objetos) que satisfaçam suas necessidades, garantindo o seu desenvolvimento e proporcionando-lhes condições de existências em diferentes épocas históricas. Dessa forma, o trabalho assume um caráter individual ou social, satisfazendo as necessidades individuais e coletivas (ANTUNES, 2000). O trabalho historicamente sempre existiu como atividade humana, sendo que o homem cria os seus instrumentos de trabalho e através deles se recria. Conforme Lukács (apud ANTUNES, 2000, p.125):

Através do trabalho tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza; ‘desenvolve as potencias nela ocultas’ e subordina as forças da natureza ‘ao seu próprio poder’. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias - primas etc.

Mas, a partir do modo de produção capitalista e da divisão social do trabalho, o resultado do trabalho é apropriado de forma desigual, concentrando-se muito nas mãos de poucos. Assim, a riqueza socialmente produzida torna-se propriedade privada e as relações de produção constituem-se em relações de exploração, portanto, conflituosas. Na

relação capital/trabalho, as relações sociais são substituídas por relações econômicas, a partir do acordo que o trabalhador estabelece com o capitalista, aceitando vender sua mão de obra em troca de salário. Através dessa relação, o trabalho passa a ser algo externo ao homem, transformando, “o processo de trabalho num processo de valorização do capital” (MARX, apud. DRUCK, 2011, p.39):

Neste, a relação do trabalhador com o trabalho, com o produto de seu trabalho e com os meios de trabalho transforma-se numa condição de dominação e alienação, já que os trabalhadores são subordinados ao controle e às determinações do capital, através da divisão social do trabalho (Idem).

Com relação ao percurso do trabalho no mundo capitalista, convivemos, nas últimas décadas do século XX e no século XXI, com mudanças estruturais neste sistema que alteraram profundamente o modelo de gestão, impactando nas condições de trabalho. A este novo formato do modelo de gestão, denominou-se “acumulação flexível”, o qual passou a predominar nas formas de organização do mundo do trabalho. Conforme Antunes (2000), ao fenômeno do “desemprego”, característico desta época, alia-se a precarização do trabalho.

Segundo Druck (2011, p.41) o ideal de sociedade de pleno emprego é abandonado nestes tempos, mesmo pelos países que viveram as experiências dos Estados de Bem-Estar Social, passando a vigorar também nestes lugares formas precárias de trabalho, de emprego e de vida. Estas condições de vida e de trabalho se expressam no contexto urbano das cidades. Contudo, sinaliza Telles (2006, p.81), mesmo nesse contexto de precarização, o trabalho continua sendo “um conector com o mundo social”, mas “as circunstâncias variadas do trabalho precário e intermitente redefinem tempos e espaços da experiência social”. Nesse sentido, demarca a autora:

Se é verdade que a desconexão entre trabalho e empresa já faz parte da paisagem social, isso também significa que os tempos da vida e os tempos do trabalho tendem a se articular sob novas formas não mais contidas nas relações que antes articulavam emprego e moradia, trabalho e família, trabalho e não trabalho (IDEM, p.174).

Segundo Druck e Antunes (2013, p.214), “o capitalismo, em suas décadas mais recentes, vem apresentando um movimento tendencial em que terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação da sua lógica”. Com isso, a realidade atual do mundo do trabalho se constitui a partir de situações de precarização e aumento dos níveis de exploração do trabalho pelo capital. Estes processos condicionam os

trabalhadores de um modo geral à situações mais vulneráveis e relações de trabalho cada vez mais flexíveis. Com relação à estas mutações recentes, segundo Antunes (2000, p.49):

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril, de outro aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços.

Com as mudanças advindas do processo de reestruturação produtiva, Salvador, que já possuía um mercado de trabalho bastante fragilizado e vulnerável, acentua ainda mais o desemprego e a precarização do trabalho. Em 2003, o número de desempregados na Região Metropolitana de Salvador- RMS - chegou a 468 mil pessoas. Conforme Borges e Carvalho (2014), com base nos dados do censo 2010, apesar da expansão na economia baiana e nos empregos com carteira assinada em meado dos anos 2000, no final desse mesmo período “Salvador ainda possuía 17,6% empregados sem registro na carteira, 18,7% trabalhadores por conta própria e 1,1% não remunerados”. Com relação aos setores de ocupação e os salários recebidos pelos trabalhadores, apontam as autoras (2014, p.91-92):

[...] Comércios e Serviços eram responsáveis por 82,7% do emprego total, com os serviços domésticos respondendo isoladamente por cerca de 9,1% da ocupação. Finalmente os postos de melhor remunerados apareciam em número reduzido, uma vez que 39,4% dos ocupados recebiam um rendimento mensal de até um salário mínimo (considerando a soma de todos os trabalhos), 68% de até dois salários mínimos e apenas 6,4% de dez salários mínimos ou mais.

Todas essas questões repercutem para que hoje Salvador ocupe o lugar de metrópole com maior índice de desemprego do Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (PNAD, 2015), com aumento da taxa de desemprego entre o período de abril de 2015 a 2016, passando de 17,5% para 23,4% da População Economicamente Ativa (PEA), segundo dados da SEI (2016).

No cenário contemporâneo, Salvador vivencia, a partir de suas particularidades históricas, os efeitos da sua inserção periférica na economia industrial, assim como sua inserção na nova fase de desenvolvimento capitalista que reflete, entre outras coisas, flexibilização e precarização das relações de trabalho, o aumento do desemprego, das desigualdades sociais e da pobreza. E, é a partir de desse cenário atual do mercado de trabalho soteropolitano, articulado com o seu processo histórico, que problematizaremos as condições de moradia e trabalho acessadas pelos moradores de Novos Alagados.

A urbanização de Novos Alagados e as relações de trabalho e moradia pós espaço urbanizado

Salvador, no contexto das metrópoles brasileiras, se destaca em nível de desigualdade social e desemprego. Ao longo dos séculos, muitos fatores corroboraram para Salvador hoje ocupar esse lugar de “periferia da periferia”. Entre estes estão: longos anos de estagnação econômica, distribuição dos excedentes gerados pelos seus produtos para outros estados, uma industrialização que não se consolidou e uma subserviência à região sul/sudeste do país, assim como, um processo de urbanização que privilegiou uma pequena parte da população e desamparou a sua maioria. (Borges e Carvalho, 2014)

Nesse sentido, observamos que, a precarização da moradia em Salvador é tão histórica quanto à questão da precarização do trabalho. Partindo dessas considerações, é possível compreender porque o acesso ao emprego e à moradia precária transpõe toda a historicidade de Novos Alagados, sendo esta, uma ocupação de palafitas numa área de manguezal do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Com relação ao acesso dos trabalhadores à moradia na sociabilidade capitalista, Maricato (2001, p.156) afirma que, sobretudo no período fordista, os países de capitalismo central estabeleciam o salário relacionando com o preço da moradia. Entretanto, na experiência brasileira “o salário jamais foi regulado pelo preço da moradia”, com isso “a favela ou o lote ilegal, combinado à autoconstrução da moradia foram parte integrante do crescimento urbano” no Brasil, mesmo no período desenvolvimentista.

Nesse sentido, discutiremos aqui, a partir de relatos dos moradores da localidade em estudo, um total de oito entrevistados, sendo estes quatro mulheres marisqueiras e quatro homens pescadores, as trajetórias de trabalho e moradias destes sujeitos no contexto da urbanização do bairro

Assim, referente às atividades de trabalho que antigos pescadores e marisqueiras passaram a exercer depois do projeto de urbanização de Novos Alagados, que erradicou as palafitas e aterrou o manguezal, observamos uma padronização, ou seja, todos os entrevistados que atuavam com pesca passaram a trabalhar com construção civil, e todas as entrevistadas que atuavam com mariscagem, passaram a atuar como trabalhadoras domésticas. Um padrão de empregos precários e, na maioria das vezes, com baixos salários, o que contribui com a reprodução da situação de pobreza que esses trabalhadores se encontram.

Conforme Santos (2012, p.51), os empregos domésticos, na maioria das vezes, são formas de “subemprego, pois são admitidas com salários quase miseráveis, para obterem alimentação e alojamento”. Ainda nessa direção, Georges (2011, p.95) diz que:

No Brasil contemporâneo, o emprego doméstico é o símbolo do trabalho feminino popular, pouco qualificado, na maioria das vezes informal [...] Nos meios populares, quase todas as mulheres exercem essa atividade em algum período de sua vida, o que representa entre 5 e 6,5 milhões de pessoas (um quinto das mulheres economicamente ativas) [...]

Com relação aos pecadores aqui entrevistados, além de trabalharem com construção civil, estes exerceram outras funções após o projeto de urbanização, como por exemplo: encanador, eletricista e vendedor ambulante. Contudo, ambos os entrevistados ainda pescam, mas não como atividade laboral principal (como era antes do aterro do manguezal), pois, segundo eles, a pesca já não gera tanta renda, por conta do aterro do manguezal.

Entre os pescadores entrevistados, apenas um atualmente está empregado de carteira assinada, os demais se mantêm realizando algum tipo de trabalho ocasional, chamado por eles de “bico”, como aponta o relato de um dos pescadores:

Eu trabalho de biscate! Tá mais seguro que pescaria, porque pescaria é aventura. Às vezes tem biscate, faz aquele biscate, a pessoa enrola também pra pagar [...] Já trabalhei, já trabalhei como ajudante prático, de carga e descarga; aí trabalhei em construção civil, ajudante de pedreiro também, aí fiquei como pedreiro, parei, porque trabalhei onze mês e a empresa não depositou nada. 40% depositou, depositou 40 reais do fundo de garantia, aí foi pra justiça, levei 6 anos pra receber esse trocado na justiça. Aí, de lá pra cá, não trabalhei de carteira assinada (Brito)

Nesse sentido, fica evidente que uma das propostas do Projeto de Apoio Técnico e Social do programa Ribeira Azul, que visava inserir os moradores de Novos Alagados no mercado de trabalho, utilizando como método cursos de capacitação, não se efetiva. Os cursos de capacitação se deram, em sua maioria, para a área de construção civil, um setor em expansão durante todo o período de urbanização da localidade, por conta da expansão também do mercado imobiliário em Salvador. Porém, esta área de trabalho se configura pela alta rotatividade e baixos salários.

A não inserção, ou inserção precarizada, dos moradores do Boiadeiro no mercado de trabalho soteropolitano também está diretamente ligada à questão de como esse se conformou em Salvador e na Bahia como um todo. O mercado de trabalho soteropolitano tem um traço histórico de superexploração de mão de obra, baixos salários, alto nível de desemprego e trabalho informal. (DRUCK, 2000)

Com relação aos impactos do Projeto de Urbanização de Novos Alagados, quando questionados sobre o fato do mesmo ter restringido determinadas atividades vinculadas ao ambiente do Manguezal, todos os entrevistados afirmaram que houve uma redução significativa nesses tipos de atividades laborais. Isso porque, esse projeto de urbanização não respeitou as configurações ambientais e as atividades dos moradores no ambiente então existente. Isso se materializou no aterro de grande parte do manguezal, que dificultou as atividades de pesca e mariscagem que eram desenvolvidas nesta localidade:

Depois desse aterro que teve aqui na beira mar, a pescaria piorou praticamente 100%. Principalmente siri, camarão, pitu...que hoje a pescaria desse porte aí tá safra... cabou carapeba, tudo. Que antes desse aterro aí, existia, porém, hoje tem! Mas pra pegar aqui é muito difícil [...]E principalmente robalo, porque hoje em dia a coisa mais difícil do mundo é pegar um robalo [...] é um peixe de carne branca, que é o peixinho carinho, que hoje em dia é muito difícil de encontrar.

Percebemos então, a partir das afirmações dos entrevistados, que o projeto de urbanização de Novos Alagados afetou diretamente as atividades de pesca e mariscagem que eram desenvolvidas no contexto das palafitas, como uma forma de incrementar a renda familiar. Por não ter efetivamente a participação dos moradores na construção do projeto de urbanização, isso afirmado por eles nas entrevistas, do qual eles eram sujeitos, esse Plano não considerou os impactos que esse aterro traria para a dinâmica de trabalho dos moradores.

Com relação à trajetória de moradia dos entrevistados, apenas um não morou em palafita, sendo que, todos os outros moraram aproximadamente entre 10 a 15 anos. Durante o processo de urbanização da localidade, alguns entrevistados afirmaram que moraram de aluguel durante esse período e, após isso, voltaram a morar no mesmo terreno que antes, mas em terra firme. Nesse sentido, a maioria dos entrevistados/as continuam morando no mesmo local, antes ocupado pelas palafitas. E, conforme os relatos obtidos nas entrevistas, percebemos que há uma ligação forte dos moradores com as casas as quais, mesmo em condições precárias, lhes serviram de moradia durante muitos anos.

Com relação às casas construídas pelas CONDER, há de certa forma uma insatisfação com o tamanho ou o padrão. A insatisfação está também com o entorno modificado, no sentido das condições de moradia e dos serviços oferecidos pelo Estado (educação, saúde, saneamento, lazer, segurança, etc.). Há uma insatisfação sobretudo com relação ao saneamento, pois, mesmo após o processo de urbanização, há esgoto à céu aberto que atravessa uma rua inteira na localidade.

Nessa perspectiva, Souza (2014) ao analisar os programas habitacionais desenvolvidos em Salvador, afirma que:

Mesmo absorvendo as invasões e sua localização na cidade e melhorando as condições materiais e sanitárias, poucos foram os avanços quanto à legalização fundiária, ao tratamento de espaços públicos, à questão ambiental e, principalmente, quanto às possibilidades de inserção real dessas áreas na “cidade formal”, pela definição de parâmetros urbanísticos próprios e implantação de equipamentos de abrangência urbana, medidas essas indispensáveis para garantir condições de habitabilidade e direitos urbanísticos para a coletividade no ambiente urbano construído. (IDEM, p.145)

Mas, no geral, os entrevistados reconhecem que foi melhor o aterro do manguezal, pois muitas pessoas se machucavam e até morriam ao cair das pontes de madeirite (que serviam como ruas), que ligavam as palafitas.

Com relação à situação de trabalho, mesmo após a execução do projeto de urbanização e do projeto de Apoio Técnico e Social – com a oferta dos cursos profissionalizantes – o que se materializa atualmente com relação aos que foram entrevistados nesse estudo, é uma situação de desemprego ou de trabalhos precarizados. Pois, 6 dos nossos entrevistados estão a mais de 7 anos sem um emprego fixo ou de carteira assinada, tendo uma renda sempre muito instável e abaixo do salário mínimo. Situação que, antes do processo de urbanização e aterro de parte do manguezal, era possível ser amenizada através da pesca ou da mariscagem, que complementava a renda desses moradores, ou que era sua atividade laboral principal.

Com relação à moradia, o fato de agora estar em terra firme traz custos antes inexistentes, como conta de luz e água, que passaram a fazer parte do orçamento dessas pessoas. Mas trouxe também a segurança de andar numa rua asfaltada, e não sobre pontes de madeira, correndo risco de cair nos escombros na maré. Contudo, esta urbanização não trouxe melhorias de forma ampla para os moradores de Novos Alagados -como no caso do esgoto a céu aberto na rua principal da localidade– e, tão pouco, veio atrelada com a melhoria dos serviços oferecidos pelo Estado (educação, saúde, segurança, etc.) nesse local, que continuam bem precários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar durante esse estudo que a condição de trabalho dos moradores de Novos Alagados, mesmo após o processo de execução do programa de urbanização Ribeira Azul, ainda se dá através de trabalhos informais rotativos e precarizados -como

baleiro, pedreiro, empregada doméstica-. Contudo, nos objetivos desse programa de urbanização, conforme pudemos ver, existia a pretensão de melhorar, tanto as condições de moradia como de trabalho dos moradores dessa localidade. A primeira se efetivou de algum modo, embora com algumas fragilidades apontadas pelos moradores, como por exemplo, o esgoto a céu aberto que ainda corre pelo bairro, o tamanho das casas que não levou em consideração a composição familiar desses sujeitos, assim como, a fragilidade dos serviços oferecidos pelo Estado. Já a segunda, qual seja, com relação à inserção destes no mercado de trabalho, esta não ocorreu.

O desemprego ou a precarização das relações de trabalho decorrem de uma questão muito mais ampla, que são próprias das condições atuais do mundo do trabalho, que se caracteriza por relações cada vez mais flexíveis, precárias e com baixos salários. Em Salvador, essa questão é ainda mais problemática, por conta da questão histórica de como se consolidou nessa cidade o padrão de desenvolvimento capitalista, inserido num país que tem um desenvolvimento desigual, tanto internamente quando entre as suas regiões. Importante salientar que, nesse sentido, em nível nacional, a Bahia serviu para corroborar com a consolidação econômica de outros Estados, sacrificando o seu próprio desenvolvimento econômico, submetendo a sua população a situações de vida e trabalho ainda mais precárias do que o resto do país.

Tratam-se de sujeitos que estão submetidos historicamente a uma situação de pobreza e precariedade em termos de acesso ao trabalho e à riqueza socialmente produzida. Com isso, eles continuam reproduzindo as condições de pobreza, embora, agora, em um ambiente modificado, sem os perigos de residir em um ambiente com tanta fragilidade como eram as palafitas; porém, inseridos numa realidade que os expõe a outros tipos de riscos.

Outra questão observada no decorrer do estudo é a dificuldade atual dos moradores em exercer a atividade de pesca e mariscagem com certa garantia de renda e provisão de alimento familiar, o que era possível antes no ambiente de manguezal, mesmo com toda vulnerabilidade existente no contexto das palafitas. Segundo os próprios entrevistados, chegavam a ganhar mais do que quando exerciam algum trabalho contratual, porém reconhecem a possibilidade dos benefícios associados ao trabalho formal (carteira assinada, INSS), mas afirmam que é na pesca e na mariscagem que eles/elas relataram se sentirem mais realizados.

Esses trabalhadores vivenciam uma condição histórica de baixos salários, sendo que, apesar de terem uma relativa melhoria recentemente nessas condições, esta situação não comporta o custo de uma moradia adequada ou acesso a terra urbana de qualidade. Nesse sentido, é importante demarcar que essa situação é própria da lógica do desenvolvimento capitalista no Brasil, que de um lado privilegia uma pequena parcela da população em detrimento de uma maioria de trabalhadores assalariados. Dessa forma, projetos como esse parecem vir muito mais para aquecerem o mercado imobiliário, momentaneamente, do que resolver efetivamente a situação de moradias precárias, como no caso de Novos Alagados.

REFERÊNCIAS

- ALIANÇA DE CIDADES. **A vez dos Alagados**: A construção de um programa integrado de urbanização de favelas em Salvador. São Paulo: fev. 2008.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade de Campinas, 2000.
- ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização como regra? **Revista TST**, Brasília, v. 79, n.4, out./dez. 2013.
- CARVALHO, Eduardo Teixeira de. **Os Alagados da Bahia**: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. 2002. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de Carvalho. **Metrópoles na atualidade brasileira**: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador: EDUFBA, 2014.
- CARVALHO, Inaiá Maria; BORGES, Ângela Maria de Carvalho. **Salvador**: transformações na ordem urbana. Cap. 3. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2014.
- CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto Corso. **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: Edufba, 2008.
- DRUCK, Graça. Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador: UFBA, v. 24, 2011.
- GEORGES Isabel (ed.), RIZEK C. (ed.), TELLES, V. da Silva; (ed.). **Saídas de emergência**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 95-113.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **O centro da cidade do Salvador**: estudo de geografia Urbana. 2. Ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2012.

SOUZA, Angela Gordilho. **Intervenções recentes em habitação Salvador (BA)**. Seminário de Avaliação de Projetos IPT. São Paulo, 2002.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS. **Pesquisa de emprego e desemprego**: mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador. abr. 2016.
TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência Urbana. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 18. n.1, 2006.